



Título do Grupo: Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social e Práticas Educativas

Líder do grupo: Profa. Dra. Tânia Maria de Freitas Rossi

Área predominante: Interdisciplinar

Relatório Final

Descrição do Projeto: descrição geral dos objetivos da pesquisa, justificativa e metodologia (aprox. 1200 caracteres).

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão social e Práticas Educativas é uma a equipe de natureza interdisciplinar e interinstitucional que tem como objetivo examinar a expansão de matrículas na Educação Superior, seus objetivos e mecanismos, suportes e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social. O Grupo articula ensino, investigação científica e extensão, contribuindo para consolidar o perfil universitário das Faculdades Integradas Icesp-Promove de Brasília e, ainda, fornece aportes teórico-metodológicos à linha de pesquisa **Inclusão social e Práticas Educativas**.

Pesquisadores internos:

1. Nome: Edney Gomes Raminho

Titulação: Graduada em Letras, Especialista em Linguística

CPF: 04967271685;

Data de nascimento: 15/04/1982

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9251351003495528>

2. Nome: Alessandro Campos Piantino

Titulação: Graduação em Letras, especialista Linguística textual: Revisão textual

CPF: 92016782153

Data de Nascimento: 21/02/1981

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2529725269539019>

Pesquisadores Externos:

3. Nome: Divaneide Lira Lima Paixão

Instituição de Procedência: Universidade Católica de Brasília

Titulação: Graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Psicologia Escolar

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4172854874302524>

Estudantes de Iniciação Científica

1. Nome: Thamara Giorietti de Freitas Monteiro

Endereço do Lattes:

Curso de origem: Pedagogia

2. Nome: Dionísio Bruno

Endereço do Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/9922935355405377>

Curso de origem: Professor da Secretaria de Educação

3. Nome: Nome: Izânia Maria Aquino de Sá Leitão

Endereço do Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/9453251001495523>

Curso de origem: Pedagogia

Linhas de Pesquisa:

Como definir 'inclusão social' no contexto atual? Qualquer tentativa de oferecer respostas irá considerar a participação de fatores extra-econômicos como liberdade de escolha individual, acesso a serviços públicos de saúde e educação de qualidade, acesso aos bens culturais, moradia condigna, na análise e na inter-relação destes fenômenos.

A polissemia e a polifonia reinam absolutas quando se trata de determinar o que é inclusão social e, de pronto, já apresenta o seu inverso: a exclusão social. Um termo se define a partir da negação do outro. Termo genérico, exclusão social é utilizado para designar um conjunto heterogêneo de sujeitos, tais como, pessoas com deficiência, índios, menores, homossexuais, negros, mulheres, idosos, doentes mentais, desempregados etc. em determinadas situações de marginalidade, desigualdade, exploração econômica ou social, injustiça, pobreza, etc. Este cenário semântico gera matéria para a análise de problemas do processo de exclusão em sua complexidade, na medida em que não diz respeito a um fenômeno isolado. Contudo, abre espaço à imprecisão conceitual e indiferenciação quando se trata de focalizar fenômenos sociais e econômicos. O fundamental é destacar o caráter dialético do termo cuja existência se deve ao

seu contraditório: a inclusão social. Um não existe sem o outro. Só há exclusão face à inclusão, fenômenos mutuamente determinados.

As políticas de inclusão que podem ser também consideradas de inserção social buscam gerar estratégias de integração de indivíduos ao sistema social, estratégias estas, que cumprem também outra função, a de manter sob controle as tensões sociais originárias do desemprego, da desigualdade de oportunidades e da pobreza extrema.

Para Foucault (1996), as formas de exclusão ou de interdição, como prefere designar, são objetivadas materialmente, mediante distintas justificativas e pretende ser transparente, sem dar lugar a contestação de sua objetividade. Este é justamente o lugar de sua inconsistência na medida em que diz acerca da aparência do fenômeno, da sua realidade empírica e não logra desvelar quem são os sujeitos concretos e os motivos pelos quais alguns estão dentro (incluídos) e outros fora (excluídos), não adentra a historicidade e espacialidade do fenômeno, fala de justificativas, mas não alinhava argumentos.

O binômio inclusão-exclusão tem o mérito de ampliar a compreensão de problemas que fazem parte das relações sociais no modo de produção capitalista, mas que não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. Não se trata apenas de não ter acesso à riqueza. Diz respeito, sobretudo, aos processos de opressão, de discriminação e de dominação. Se desvela aspectos que ficam, muitas vezes, subsumidos na análise das relações de conflito entre polos antagônicos, o binômio inclusão/exclusão mostra-se limitado, impreciso e necessitando de rigor conceitual (Oliveira, 2004). Ademais, é impotente para a formulação de estratégias de ruptura com aquelas relações.

1. Detalhamento Linha de Pesquisa (do Eixo de Estudo e de Investigação)

A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI - (BRASIL, 2005) visa garantir, aos estudantes que tenham cursado e concluído o Ensino Médio em escola pública, acesso gratuito à Educação Superior por meio do preenchimento de vagas remanescentes nas instituições particulares de ensino superior. Pretende atingir, também, pessoas com necessidades especiais, negros, indígenas e atletas; professores da rede pública de ensino. Em troca da isenção fiscal, as instituições particulares passaram a oferecer bolsas de estudo para os cursos de graduação e os sequenciais de formação específica, de acordo com os seguintes critérios: bolsistas integrais deveriam ter renda familiar *per capita* igual ou menor que um salário mínimo e meio e, para ter direito às bolsas

parciais (50 e 25%), ter renda familiar *per capita* menor que três salários mínimos. Tal iniciativa decorreu da impossibilidade de as instituições federais atenderem à demanda já concentrada.

A Lei pretendeu incrementar as possibilidades de jovens, com faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, advindos de estratos economicamente desfavorecidos da população, a terem acesso à Educação Superior, e, assim, garantir que o governo alcançasse 30% de jovens nesta faixa de idade, matriculados no ensino superior, meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2005) para o final dos anos 2000.

A política pretendeu beneficiar os estudantes aptos a prosseguirem os estudos em nível superior e às instituições particulares que aproveitaram o número de vagas ociosas e conquistaram isenção fiscal. Não obstante, com tais políticas públicas de educação superior, houve a transferência da expansão deste nível de ensino para o setor privado, por meio da mercantilização do ensino, em consonâncias com os ideais neoliberais. As iniciativas cuja implementação é anterior à década de 1990, aceleraram o crescimento do acesso ao ensino superior por intermédio do aumento do número de matrículas nas instituições particulares, da diversificação da oferta de curso, e da racionalização dos recursos nas Instituições Federais de Educação Superior (OLIVEIRA et al., 2008).

A expansão do acesso não contou, entretanto, com medidas estruturais que garantissem, de modo efetivo, a permanência e a qualidade da formação recebida. Sabe-se que, historicamente os estudantes do egressos da rede pública não logravam acesso à educação superior nas instituições federais, pois não eram aprovados nos concursos de vestibular em função da baixa qualidade da formação acadêmica recebida em seu processo de escolarização. Para prosseguirem os estudos, aqueles com maior poder aquisitivo recorriam à rede particular de ensino, que ainda exigiam provas para ingresso, e os demais inviabilizados do acesso ao ensino superior, ingressavam no mercado de trabalho sem qualificação profissional.

Com a expansão do acesso e abertura do mercado de educação superior, as vagas, hoje, estão disponibilizadas na rede privada como mercadoria e a matrícula é quase automática. Não são necessários exames que atestem a qualificação alcançada na educação básica. Estabeleceu-se uma disputa e uma concorrência férrea entre as instituições particulares por alunos do PROUNI. A captação de novos estudantes, de transferências daqueles matriculados nas concorrentes e o rebaixamento do nível de ensino como incentivo à permanência na Instituição são alguns dos problemas flagrantes do cenário atual.

Schwartzman (2003) sinaliza que a educação superior no Brasil visa, principalmente, oferecer vias de mobilidade social para grupos sociais emergentes, e formar profissionais com qualificação para atuarem no mercado de trabalho.

A despeito da expansão das matrículas na educação básica e do vertiginoso crescimento do ensino superior, o cenário da desigualdade social e econômica não se alterou e a expansão configurou um quadro de matrículas mais elitista do que o verificado no início da década (TAVARES JUNIOR, 2011).

Ainda que tematize os ganhos sociais e econômicos advindos do processo de educação formal, a literatura concorda que a educação superior configura, potencialmente, melhores perspectivas de promover qualificação profissional, mobilidade social e agregar valor econômico e constitui o nível de ensino em maior expansão no país, com seus limites e possibilidades.

A estratificação vertical e a horizontal proporcionada pela educação evidencia uma relação inversamente proporcional à sua distribuição: quanto maior a distribuição e acesso às oportunidades educacionais, menor a mobilidade social que proporcionará, movimento que decorre da natureza social e econômica que caracterizam os serviços educacionais na economia posicional (HIRSCH, 1979). Em outras palavras, quando há o incremento e expansão do acesso à educação, os efeitos sociais esperados serão menores e terão a qualidade e seu poder social comprometidos. Se um grupo social possui hegemonia sobre determinados bens e serviços, exercerá controle a seu acesso, para garantir o privilégio. Quanto mais limitado o acesso aos bens e serviços na economia posicional de Hirsch, maior será o valor econômico e social que deterá.

Ressalta-se, nesta dinâmica, que escolaridade e renda apresentam correlação forte e positiva, ampliando o desejo de acesso, as expectativas de mobilidade e o agravamento das desigualdades para aqueles que não logram superar os obstáculos internos ao sistema educacional. O fato é que a educação, por muito tempo, considerada um agente de mobilidade ascendente, a despeito do estrato social de origem do indivíduo, hoje, tende a deixar de ser agente de equidade para ser mera perpetuadora dos mecanismos de desigualdade. Por um lado, a procura e o acesso a determinados cursos superiores mostram que há uma divisão clara entre carreiras de maior ou menor prestígio e uma tendência à desigualdade e à reprodução social. O futuro profissional do estudante está fortemente determinado por sua origem social.

Por outro, o binômio educação básica particular e educação básica pública não apenas perpetua a origem e condição social do estudante como também, aliando-se à “educação complementar” determina o acesso à instituição de educação superior. Os egressos da escola pública serão os estudantes das instituições de ensino superior privadas e os egressos das escolas particulares chegarão às instituições públicas. As contradições infra-estruturais desaguardam na mesma vala comum: a desigualdade social e econômica que emoldura a exclusão social.

Cabe às instituições de educação superior contribuir para a universalização da educação de qualidade, base do desenvolvimento econômico e social individual e coletivo, assegurar que o

incremento da capacidade produtiva, enquanto resultado de investimento na elevação dos níveis de aprendizagem, seja capaz de aumentar não apenas a produção de riquezas, mas, também, a formação humanística, a inserção e participação social de cada estudante, na ordem democrática.

É neste contexto que é imprescindível examinar a expansão de matrículas na Educação Superior, seus objetivos e mecanismos, suportes e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social, linha de pesquisa deste Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social e Práticas Educativas.

Objetivo geral:

Examinar a expansão de matrículas na educação superior, seus objetivos e mecanismos, suporte e práticas pedagógicas, tendo como contraponto a ordem democrática, o papel social e econômico que pretende desempenhar nas políticas de inclusão e participação social.

Descrição das principais atividades realizadas ao longo do Biênio

- 1. Desenvolvimento do projeto de pesquisa:** O processo de escolarização e desenvolvimento do processo de socialização na educação infantil
- 2. Desenvolvimento do projeto de pesquisa:** O uso das estruturas aditivas em alunos da educação superior.
- 3. Elaboração e publicação de artigos científicos:**

ROSSI, TM. F; ROSSI, C. F. F. **Avaliação preliminar da política de democratização do acesso à Educação Superior no Brasil.** Lisboa, Portugal, Anais do XXII Colóquio da AFIRSE; 2015.

ROSSI, TM. F; ROSSI, C. F. F. **Avaliação do acesso ao ensino superior: a dialética inclusão versus exclusão social.** Lisboa, Portugal, Anais do XXII Colóquio da AFIRSE; 2015.

BRAGA, I. S.; ROSSI, T. M. F. **Desenvolvimento da criança com o espectro de autismo na abordagem histórico-cultural de Vygotsky.** Educação: Saberes e práticas. Vol. 1, no 2, (Prelo).

LEITÃO, I. M. A. de S.; ROSSI, T. M. F. **O uso das estruturas aditivas em alunos da educação superior.** Educação: Saberes e práticas. Vol. 1, no 2, (Prelo).

4. Preparação para participação em evento técnico-científico internacional: XXII COLÓQUIO sobre Diversidade e complexidade da avaliação em educação e formação. Contributos da investigação. 29, 30 e 31 de janeiro de 2015, Lisboa, Portugal, Instituto de Educação - ULisboa

5. Trabalho técnico:

5.1 Participação da mesa redonda sobre Educação Superior apresentando os trabalhos: ROSSI, TM. F; ROSSI, C. F. F. Avaliação preliminar da política de democratização do acesso à Educação Superior no Brasil. Lisboa, Portugal, Anais do XXII Colóquio da AFIRSE; 2015.

ROSSI, TM. F; ROSSI, C. F. F. Avaliação do acesso ao ensino superior: a dialética inclusão versus exclusão social. Lisboa, Portugal, Anais do XXII Colóquio da AFIRSE; 2015.

5.2 Trabalho técnico: moderação do Taller sobre Educação Superior e inclusão social . Lisboa, Portugal, Anais do XXII Colóquio da AFIRSE; 2015.

Tânia Maria de Freitas Rossi

Brasília, 10 de agosto de 2015